



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202086000324	Distribuição: 02/03/2020
Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059	Competência: Poço Redondo
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: EVERALDO DE JESUS SILVA

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000

Requerente: Advogado(a): ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO 8322/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER

Endereço: Rua da Assembléia

Complemento: 16º andar

Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

02/03/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202086000324, referente ao protocolo nº 20200302121602909, do dia 02/03/2020, às 12h16min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA**  
**\_\_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇO REDONDO - SE.**

**EVERALDO DE JESUS SILVA**, brasileiro, solteiro, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 1.229.085 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 661.878.265-15, residente no Povoado Santa Rosa do Hermirio, Poço Redondo - SE, por intermédio de seu advogado e bastante procurador "in fine" assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO de Cobrança de Diferença de SEGURO DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:

**DOS FATOS**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 08/03/2015, tendo como consequência trauma na tíbia e fíbula esquerda, bem como, varias escoriações pelo corpo, Como consta no **Boletim de Ocorrência da Polícia Judiciária Civil**.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor.

Acontece que a parte autora não recebeu administrativamente nenhum valor referente ao sinistro, mesmo tendo recebido toda a documentação na seara administrativa, recebido em 12/12/2016 com o nº 16225/2016.

Tendo em vista, que as lesões no membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

**OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO.**

Diante de tais fatos e da comprovação do acidente, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.**

**LEGITIMIDADE PASSIVA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

"CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo."

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

"§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES."

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

**DO DIREITO**

**PRELIMINARMENTE**

**DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

O Requerente declara em sã consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da **Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950**, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

**DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO ART. 334, CPC**

Sendo requisito da inicial, definido no art. 319, VII do CPC/15, a parte Autora informa que possui interesse na audiência de conciliação, todavia, em ações dessa natureza, a parte Ré não oferece proposta de acordo sem que haja o laudo médico pericial atestando o grau de invalidez das sequelas suportadas pela parte autora, razão pela qual, requer-se a designação de perícia médica judicial prévia ou em conjunto com a audiência de conciliação, evitando-se assim a realização de atos desnecessários e inúteis.

**DA VIA ELEITA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO:**

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

A Requerente não está obrigada a exercer ser INTERESSE DE AGIR, inicialmente ou tão somente pela Via administrativa, em face de ter havido irregularidades no pagamento, o que a leva ao ajuizamento da presente ação para efetivar-se cobrança de diferenças não pagas em favor do Requerente.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual do Requerente, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária pretendida e de forma justa, tendo em vista que, mesmo tendo enviado toda a documentação necessária a Seguradora Líder vem exigidos documentos desnecessários para o pagamento.

Contudo, o Requerente, não tendo dúvida de seu direito de poder cobrar judicialmente a diferença existente a seu favor e não paga é que pleiteia a presente ação.

**DO DIREITO AO SEGURO DPVAT**

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

**Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que as lesões no membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o

nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

**PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA - DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA - NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

***"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente" ...***

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

***"registro da ocorrência no órgão policial competente".***

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo do IML, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. **1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior.** 2. A percepção dos valores referentes ao

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. **A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais),** devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil,

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 -  
CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA.  
NACIONAL DE SEGUROS**

**APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA**

**Número do Protocolo: 69727/2008**

**Data de Julgamento: 8-9-2008**

**EMENTA:**

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE  
COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR  
DE DESERÇÃO - REJEITADA - **ALEGAÇÃO DE**

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL -  
AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL  
- DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO  
POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E  
INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE -  
COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO  
- ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO -  
AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO  
DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE -  
GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE  
DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES  
DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS  
- RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº  
6.194/74, "*o pagamento da indenização será  
efetuado mediante simples prova do acidente  
e do dano decorrente*".

*Demonstrado o nexo causal existente entre o  
acidente automobilístico e a lesão de  
caráter permanente na vítima, impõe-se o  
dever de indenizar.*

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL  
NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E  
IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE  
COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A  
INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE  
SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE  
PROVA. (...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por  
lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

**DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei Federal 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT .

**DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários**

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

**convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

**"Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência."**

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim verbis:

**Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)**

**§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas**

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

**§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação,** atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

**§ 4º - "Nas causas de pequeno valor,** nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação eqüitativa** do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (g.n.)

**a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;**

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00,

aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

**§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação,** atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

**§ 4º - "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação eqüitativa** do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."** (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

**"Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada**

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

importa que o vulto da demanda não justifique a despesa" (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrigli, j. em 20-3-2001).

"O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional." (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 - grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

**DO PEDIDO**

**Ex positis**, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

**a) A concessão da justiça gratuita**, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR)**, nos termos dos Arts. 221, inciso I e 222, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, **reconhecendo que a seguradora pague tal diferença da indenização referente ao SEGURO OBRIGATORÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e COREÇÃO MONETÁRIA** com índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.5000,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção)

**ANDRADE & NASCIMENTO  
ADVOCACIA**

**f)** A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

**g)** Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%.

**h)** Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

**h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do DR. ANTONIO JADSON DOS SANTOS - OAB 8.322/SE, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;**

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), **apenas** para fins de alçada.

T. em que,

P. e E. Deferimento.

Jeremoabo-BA, 13 de Março de 2019.

**ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO**

OAB/SE 8.322

**PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA ET EXTRA"**

**EVERALDO DE JESUS SILVA** brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG n.1229085, e CPF n 66187826515, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Aracaju/SE; pelo presente instrumento nomeia como seu advogado e bastante procurador, **ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SE sob o n.º 8322, com escritório profissional logrado na Rua Germiniano Santana n 33, Centro, Jeremoabo-BA, CEP:48.540000 e **JULIA MALENA ANDRADE LIMA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/BA sob o n.º 63359. Ao qual confere amplos poderes o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e deferem nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes os poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, bem assim representar a outorgante junto a quaisquer repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e entidades autárquicas, ter vistas dos processos, juntar e retirar documentos, promover ação judicial na esfera administrativa e nos Juízos Cíveis, Criminais e Trabalhista, produzindo provas, arrazando, recorrendo, embargando, agravando, promovendo execuções de sentenças, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes; dando tudo por bom, firme e valioso, ratificados os poderes acima impressos.

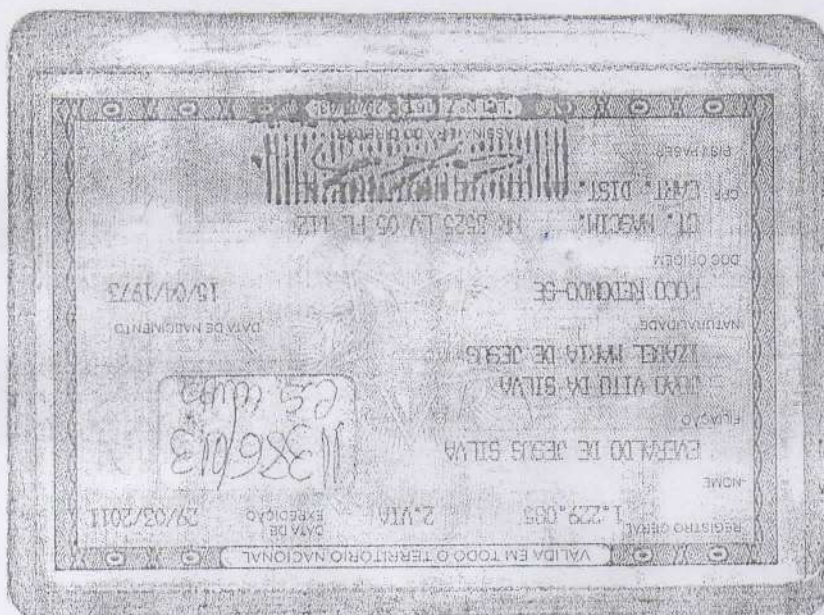
**EVERALDO DE JESUS SILVA** brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG n.1229085, e CPF n 66187826515, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Aracaju/SE; que não tenho condições financeiras de arcar com qualquer valor referente às custas processuais, sem com tudo, dispor da manutenção do lar e da vida social. Era o que tinha a declarar. Requer assim, a gratuidade da justiça.

Jeremoabo, 02 de Março de 2020



*Antônio Jadson do Nascimento*  
**EVERALDO DE JESUS SILVA**

Av. Deputado Luiz Eduardo Magalhães 22A,  
Centro, de Jeremoabo-Ba, CEP 48540-000,  
Fone: (75) 3203-1194  
Email:



SENHORADA LIDER IMAT 8. 2 12/12/2016 09:37 - 00000118428

## FATURA MENSAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Localidade	Matrícula	Nome do Cliente	
001	111921.4	MARIA DO CARMO VITOR	
Endereço (Rua, Nº)			
RUA ALEXANDRE BISPO DE ANDRADE, 255			
CEP	Roteiro de Leitura	Ident. do Hidrômetro	Res. Com. Ind. Pub.
49092-070	016021/00246	A09N004637	1 0 0 0
Leitura Atual	Leitura Anterior	Consumo m³	Data da Leitura
607	602	10	06/04/2016
			Dias de Consumo
			29

Descrição dos Serviços	Valores
ÁGUA	30,85
ESGOTO	0,00

Responsável	Histórico de Consumos/m³						Média
00000	10/2015 007	11/2015 013	12/2015 010	01/2016 007	02/2016 007	03/2016 008	8
Motivo da Ausência de Leitura	Código Auxiliar						VALORES EM R\$
	1R000						ÁGUA 30,85
Débito do Exercício	Débito do Exercício Anterior						ESGOTO 0,00
J F M A M J J A S O N D							SERVIÇOS 0,00
Caso tenha pago desconsiderar o aviso							TOTAL 30,85
A E S R	Mês / Ano						VENCIMENTO 18/04/2016
3 1 51 36	04/2016						

Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art. 5º inciso I	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Qualidade da Água Distribuída						
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	239	67	239		239	Observação no Verso
Nº de Amostras Analisadas	357	357	357		357	357
Nº de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011	210	251	338		353	354

(Significado dos Parâmetros de Controle: Vide verso)

As Amostras que não atenderam ao padrão foram solucionadas

Vigilância Sanitária do Município - Telefone: (79) 2106.9766  
Mensagem:

DENGUE E CHIKUNGUNYA - O PERIGO AUMENTOU, E A RESPONSABILIDADE DE TODOS TAMBÉM.  
VAMOS COMBATER ESSE MOSQUITO!

### Notificações

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços.

Rio de Janeiro, 20/12/2016  
DPVAT/SIN - 16225/2016

Para: Everaldo de Jesus Silva  
Av. Deputado Luiz Eduardo  
Magalhães, 22.  
Centro  
Jeremoabo - BA  
48540-000

REF: Exigências de Regulação - Vítima: Everaldo de Jesus Silva.  
Natureza: IP.

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 12/12/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 08/03/2015. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Boletim de Ocorrência em cópia autenticada;
- Laudo do Instituto Médico Legal - IML autenticado, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima;
- Declaração de residência por Instrumento Público, uma vez que a vítima não é alfabetizado;
- Procuração específica para fins do Seguro DPVAT, com firma reconhecida por autenticidade;
- Cópia do RG, CPF e Comprovante de Residência do procurador da vítima;
- Declaração Circular SUSEP nº 445/12 - Prevenção à Lavagem de Dinheiro (modelo anexo);

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, **juntamente com cópia da presente correspondência, facilitando assim, a localização do processo.**

Todavia, se após o período de 180(cento e oitenta dias) a documentação indicada não for apresentada realizaremos o encerramento administrativo do presente aviso de sinistro, podendo o mesmo ser reaberto tão logo apresentada a referida documentação. Lembramos apenas quanto ao caráter prescricional da pretensão ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT, podendo ser aplicado caso não haja nova manifestação no prazo legal.

Finalizamos, informando que a Seguradora Líder encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Rio de Janeiro, 20/12/2016  
DPVAT/SIN - 16225/2016

Para: Everaldo de Jesus Silva  
Av. Deputado Luiz Eduardo  
Magalhães, 22.  
Centro  
Jeremoabo - BA  
48540-000

REF: Exigências de Regulação - Vítima: Everaldo de Jesus Silva.  
Natureza: IP.

Atenciosamente.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

P- 200/010829/2016-001  
JAE  
**Anexo: conf. texto**



Atenolol Medicine

Attack. part para de confusão  
de por dire - por -  
EVERALDO DE JESUS SILVA, 42 anos,  
Rta 1225-885 SSP - SE, desconhecido  
- conhecido de transcurso mental  
- quando de início em período com:  
CID 10 F20 + F10.2 + F20.8

08-04-2018

Dr. Manoel Alves Paixão Filho  
MÉDICO

MEDICO

Prescriber

CRM-SE 2985  
Prescrever pelo nome genérico e legal - Lei nº 9.787/99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - Sergipe - CEP: 49075-540

Phone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711



AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE

Alfred White

Poate fi vorba de o lesiune  
de abuz sexual, se poate  
grija pentru un prim nivel  
operativ, pentru a vedea  
si pentru permanent.  
ad 5622

DATA

260317

SENIORADORA LIDER DEPART 8\_ & 12/12/2016 09:39 - 00000118459

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)

DATA



**50 ANOS**  
Evoluindo com saúde!

**HOSPITAL SÃO JOSÉ**  
**RECEITUÁRIO**

Paciente: Everaldo de Jesus Silva

Av. Porto de Saúde

Curativo em perme espinha  
da 3 vez ao dia com  
Soro fisiológico, sulfadiazina,  
gazes e atadura

SEGUIF00001 LIDER (PAT) 82.4.12/122016 09:28 - 000000118460

Dr. Paulo Roberto de O. Costa  
CRM 2028

Data: 21/3/15

Paulo  
Médico - CRM

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio - Telefax: (79) 2105-1000  
Aracaju - Sergipe

AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITÁRIO

PACIENTE: Check in for Jho

Adrian

Poulti muflet a tota P  
 cup la Plata de T. Sic. (E)  
 See color Light on  
 pour 90 (normal) in.

DATA 15 5 1

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)

AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Elvira de Jesus Almeida

*Helthius Acidus*

502

CRUISE 3208 TEGT-2714 DATA

MÉDICO (Asinatura e carimbo)



PREFEITURA DE  
**Aracaju** SECRETARIA  
DA SAÚDE



Nome do(a)  
Paciente:

EVERA DO DE JESUS SILVA

Solteiro

USG do abdome superior

CID 10 K76

01/06  
2016

Dr. Marcel Alves Paixão Filho  
MÉDICO  
CRM-SE 2985

Prescrever pelo nome genérico e legal - Lei nº 9.787/99

Prescritor

794911000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - CEP: 49075-540  
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711



PREFEITURA DE  
**Aracaju** SECRETARIA  
DA SAÚDE



Nome do(a)  
Paciente:

EVERA DO DE JESUS SILVA

Uso

Uso

③ TÁXICA 300g

Taxa

2 vgs ao dia

③ ANMITH 300g

Taxa

12 - 12L

3L/dia

01/06  
2016

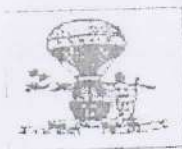
Dr. Marcel Alves Paixão Filho  
MÉDICO  
CRM-SE 2985

Prescrever pelo nome genérico e legal - Lei nº 9.787/99

Prescritor

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - CEP: 49075-540  
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711

MOD. 03



**Laudo Pericial  
Digitalizado**

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

## LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

segunda-feira, 22 de fevereiro de 2016

Nº Laudo  
1625/2016

### Dados Da Vítima

Nome da Vítima	EVERALDO DE JESUS SILVA	Nascimento	15/04/1973	Idade	43	Naturalidade	POÇO REDONDO	UF	SE
Estado Civil	SOLTEIRO	Sexo	MASCULINO	Cor	PARDA	Profissão	LAVRADOR		
Instrução	NÃO ALFABETIADO	Nome da Mãe	IZABEL MARIA DE JESUS	Nome do Pai	JOÃO VITO DA SILVA				
Endereço	R ALEXANDRE B DE ANDRADE, 255	Bairro	SÃO CARLOS	Município	ARACAJU/SE.				
Nome da Autoridade	BELª LARA SCHUSTER BATISTA	Função	BELª LARA SCHUSTER BATISTA	Unidade	DEDT				

1º Perito Relator  
DRª MONICA FIGUEIROA SANTANA  
Local da Perícia  
Sala do IML

Cremese/Crose 4912 2º Perito Relator  
Tipo

Cremese/Crose  
JCG - 1625/2016

Causa

### Historico/Descrição

#### Historico

Consta ter sido vítima de atropelamento por um carro. Fato ocorrido às 21h00 do dia 08 de março de 2015, na avenida Tancredo Neves, próximo a pousada Nacional, bairro América, na cidade de Aracaju-Se.

#### Descrição

Ao exame o periciando deambula com dificuldade. Apresenta membro inferior esquerdo edemaciado e cicatriz cirúrgica localizada na face ântero medial da perna esquerda.

Laudo acompanhado de três relatórios médico.

Comentário Médico/Conclusão/Questitos Respostas  
Comentário Médico - Forense

Através do encontrado podemos informar que houve ação de instrumento contundente. Esta ação não trouxe perigo de morte; porém, afasta o periciando de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias.

#### Conclusão

- 1 - Houve ofensa a integridade física.
- 2 - O meio foi contundente.
- 3 - Solicitado exame complementar 60 dias após esta data.
- 4 - Exame realizado às 11h01 do dia 22 de fevereiro de 2016.

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Assinatura  
Rodrigues Bernardino  
Agente de Polícia  
Matrícula: 549.411 SSP/SE



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"



Quesitos/respostas:

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Prejudicado.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?

Depende de exame complementar 60 dias após esta data.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.

Dra. Mônica Figueiró Santana  
Perita Médica Legal  
CRM/SE 4912

DRª MONICA FIGUEIROA SANTANA

4912

JCG - 1625/2016

SEGURANÇA LIDER IMPLANT 8. 8. 12/12/2016 09:38 - 100000119435

**Lauda Perícia  
Digitalizado**

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em

Roberval Rodrigues Bernardino  
Agente de Polícia  
Matrícula: 549.411 SSP/SE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



**DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO**

RUA RUA LARANJEIRAS - ATÉ 1022/1023, CENTRO FONE:() (79)3198-1120

**RPO - Registro Policial de Ocorrência 2015/06515.0-001897**

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Endereço: RUA RUA LARANJEIRAS - ATÉ 1022/1023, CENTRO FONE:() (79)3198-1120

**FATO**

Data e Hora do Fato: 08/03/2015 - 21:00 até 08/03/2015 - 22:00

Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES Número: Complemento: PRÓXIMO A POUSADA NACIONAL CEP: 49000-000

Bairro: América Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

**NOTICIANTE**

Nome: MARIA DO CARMO VITOR

Nome do pai: JOÃO VITOR DA SILVA Nome da mãe: MARIA IZABEL DA SILVA

Pessoa: Física CPF/CGC: 266.410.115-34 RG: 7132590 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 07/04/1959 Sexo: Feminino Cor da cútis: Parda

Profissão: APOSENTADA Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: Rua Alexandre Bispo de Andrade Número: 255 Complemento: BAIRRO SÃO CARLOS

CEP: 49.092-070 Bairro: Olaria Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone: 9999-8925

**VÍTIMA**

Nome: EVERALDO DE JESUS SILVA

Nome do pai: JOAO VITO DA SILVA Nome da mãe: IZABEL MARIA DE JESUS

Pessoa: CPF/CGC: RG: 12290858 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 15/04/1973 Sexo: Masculino Cor da cútis: Não informado

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: Não informado

Endereço: RUA ALEXANDRE BISPO DE ANDRADE Número: 255 Complemento:

CEP: 49.092-070 Bairro: SÃO CARLOS Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone:

**PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR**

Perícia: IML [Guia de Exame](#)

Descrição: EXAME DE LESÃO CORPORAL - EVERALDO DE JESUS SILVA

**HISTÓRICO**

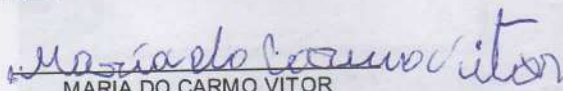
DECLARA A NOTICIANTE, QUE NO DIA E HORA ACIMA NOTIFICADOS, O SEU IRMÃO, EVERALDO DE JESUS SILVA, FOI

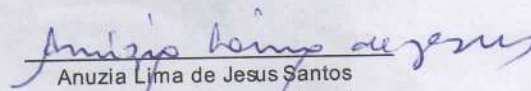
ATROPELADO POR UM VEÍCULO, N--AO SABENDO INFORMAR DETALHES, AO TENTAR ATRAVESSAR A VENIDA TANCREDO NEVES, PRÓXIMO A POUSADA NACIONAL; QUE NESSE ATROPELAMENTO, A VÍTIMA SOFREU GRAVE FRATURA DE TÍBIA E FÍBULA ESQUERDA, E VÁRIAS ESCORIAÇÕES NO ROSTO, SENDO CONDUZIDA POR UMA UNIDADE DO SAMU, PARA O HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE, E POSTERIORMENTE FOI SUBMETIDA A INTERVENÇÃO CIRÚRGICA, NO HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO, NA CIDADE DE NOSSA SRA DO SOCORRO/SE.

Ultima Alteração: 31/08/2015 às 09:32.

Data e hora da comunicação: 31/08/2015 às 09:26

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

  
MARIA DO CARMO VITOR  
Responsável pela comunicação

  
Anuzia Lima de Jesus Santos  
Responsável pelo preenchimento



NÚMERO: 1503080502 / SR - SAMU



USF ANALIA PINNA DE ASSIS

Nome do(a)  
Paciente:

Atestado Médico

Atesto, para fins de atestação  
de parte livre, que o paciente  
EVERALDO DE JESUS SILVA, 42 anos,  
RG 1.229.085 SSP-SE, encontra-se  
em tratamento de transtorno mental  
em quadro clínico compatível com:  
CID 10 F20 + F10.2 + F70.8

08

04

2016

Dr. Marcel Alves Paiva Filho  
MÉDICO  
CRM-SE 2985

Prescritor

Prescrever pelo nome genérico é legal - Lei nº 9.787/99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - Sergipe - CEP: 49075-540  
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERGIPE  
12/12/2016 09:39 - 00000118453

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAMENTO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES <b>5129753</b>
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE <b>HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO</b>	CNES <b>5129753</b> CGC/CNPJ <b>104369790001</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE EVERALDO DE JESUS SILVA			Nº. PRONTUÁRIO 302747	
CARTÃO NACIONAL/SUS <b>160579397600007</b>	NATURALIDADE (CIDADE/UF) POCO REDONDO-SE	DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973	MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL IZABEL MARIA DE JESUS			TELEFONE DE CONTATO 79-9662-2117	
ENDEREÇO (RUA; BAIRRO; CONJUNTO; APART) POV. SANTA ROSA DO EMILIO S/N POCO REDONDO			DOC. IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR 1.229085	
MUNICÍPIO POCO REDONDO-SE	IBGE	UF SE	CEP 494981-000	

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

## PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

*Doença de atropelamento w  
3 dias a partir de 01/04/2013  
de ferimento*

## CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

*Necessidade de tratamento*

## PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

*Exame fr + Redupol*

## DIAGNÓSTICO INICIAL

*Fratura om de perna*

CID 10 PRINCIPAL <b>582.2</b>	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
----------------------------------	-------------------	--------------------------

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Curativo de ferimento</i>	CARÁTER DA INTERNAÇÃO ( ) URG. ( ) ELETIVA	NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Rafael Soares</i>	CRM <b>93</b>
LEITO/CLÍNICA <i>050001</i>	SIS/PRÉ-NATAL	DATA/HORA <i>30.08</i>	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>0408050500</b>	CNS/CPF <b>627-679.165-38</b>	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. DO CONSELHO) <i>Dr. Rafael Soares</i>	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU DOENÇAS)

( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	CNPJ DA SEGURADORA	Nº. DO BILHETE	SÉRIE
( ) ACID TRABALHO TÍPICO	CNPJ EMPRESA	CNAE EMPRESA	CSOR
( ) ACID TRABALHO TRAJETO			

CID 10 PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL
CID SECUNDÁRIO	

## AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <b>Marco Sarmiento</b>	NOME DO PROFISSIONAL/PARECER CONTROLE, AVALIAÇÃO/AUDITÓRIA	Nº. DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR
CNS/CPF <b>414.877.455-91</b>	CNS/CPF	MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	JUSTIFICATIVA P/ NÃO AUTORIZAÇÃO

*Dr. Marco Sarmiento*  
Cirurgião Geral  
CRM 12600

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAMENTO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES <b>5129753</b>
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE <b>HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO</b>	CNES <b>5129753</b> CGC/CNPJ <b>104369790001</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE EVERALDO DE JESUS SILVA			Nº. PRONTUÁRIO 302747	
CARTÃO NACIONAL/SUS <b>160579397600007</b>	NATURALIDADE (CIDADE/UF) POCO REDONDO-SE	DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973	MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL IZABEL MARIA DE JESUS			TELEFONE DE CONTATO 79-9662-2117	
ENDEREÇO (RUA; BAIRRO; CONJUNTO; APART) POV. SANTA ROSA DO EMILIO S/N POCO REDONDO			DOC. IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR 1.229085	
MUNICÍPIO POCO REDONDO-SE	IBGE	UF SE	CEP 494981-000	

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

## PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

*Doença de atropelamento w  
3 dias a partir de 01/04/2013  
de ferimento*

## CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

*Necessidade de tratamento*

## PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

*Exame fr + Redupol*

## DIAGNÓSTICO INICIAL

*Fratura om de perna*

CID 10 PRINCIPAL <b>582.2</b>	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
----------------------------------	-------------------	--------------------------

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Curativo da ferida aberta de m</i>	CARÁTER DA INTERNAÇÃO ( ) URG. ( ) ELETIVA	NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Rafael Soares</i>	CRM <b>93</b>
LEITO/CLÍNICA <i>Quarto 05</i>	SIS/PRÉ-NATAL	DATA/HORA 15/04/2013 09:30	DATA/SO 30.08
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>0408050500</b>	CNS/CPF <b>627-679.165-38</b>	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. DO CONSELHO) <i>Dr. Rafael Soares</i>	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS)

( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	CNPJ DA SEGURADORA	Nº. DO BILHETE	SÉRIE
( ) ACID TRABALHO TÍPICO	CNPJ EMPRESA	CNAE EMPRESA	CSOR
( ) ACID TRABALHO TRAJETO			

CID 10 PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL
CID SECUNDÁRIO	

## AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <b>Marco Sarmiento</b>	NOME DO PROFISSIONAL/PARECER CONTROLE, AVALIAÇÃO/AUDITÓRIA	Nº. DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR
CNS/CPF <b>414.877.455-91</b>	CNS/CPF	MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	JUSTIFICATIVA P/ NÃO AUTORIZAÇÃO

*Dr. Marco Sarmiento*  
Cirurgião Geral  
CRM 12600

Eduardo de Jesus Silva

CONVÊNIO: SUS DATA 10/04/15 SEXO MASC COR  IDADE 42a PESO

NATURAL  EST. CIVIL  SANGUE

SETOR MÉDICO  AMBULATÓRIO  APTº  E FÍSICO(ASA) I

DIAG PRE-OP Fratura de tíbia (E)

CIRURGIA PROPOSTA

DIAG POS-OP

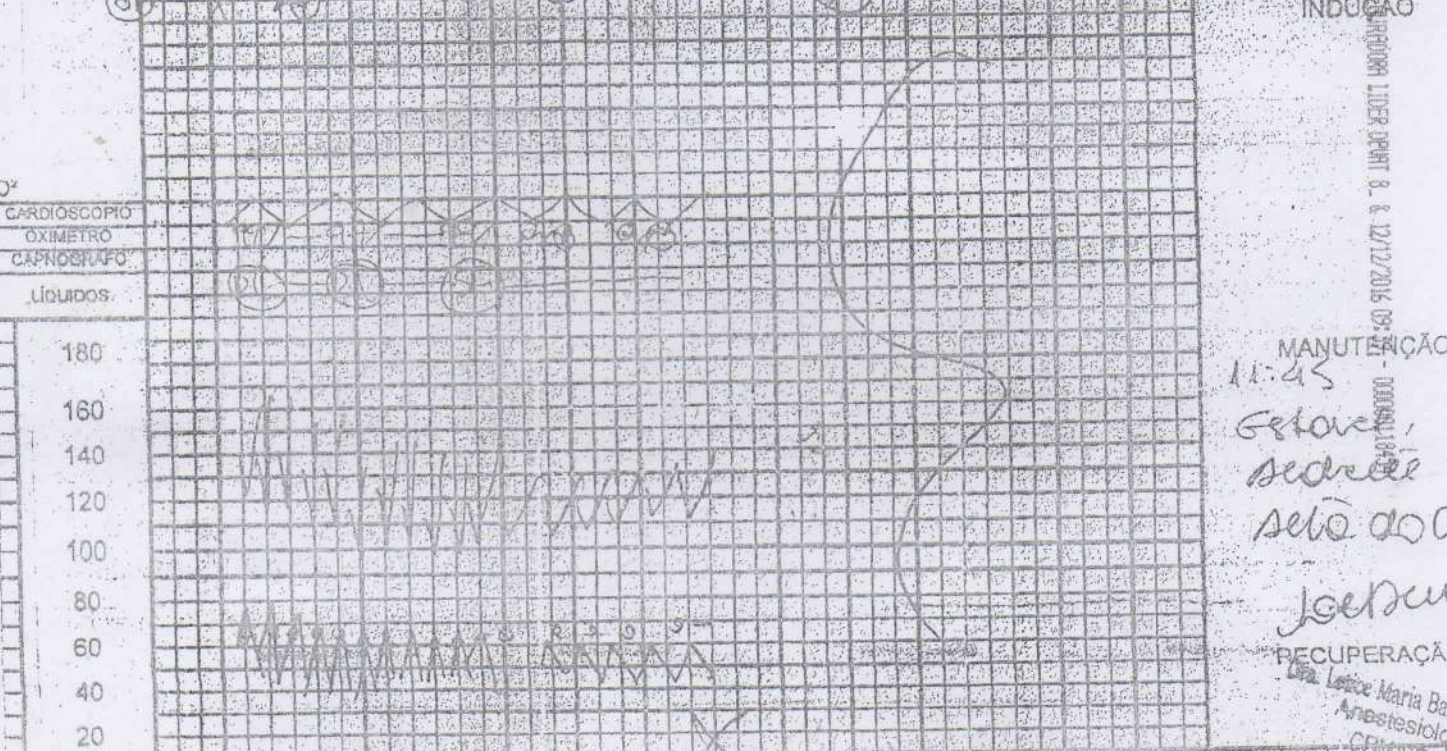
CIRURDIA REALIZADA Amonesta

PRÉ-ANESTÉSICO  HORA  EFEITO

CIRURGIÃO: Dr Diego Protopop 1º AUXILIAR

2º AUXILIAR  INSTRUMENTADOR

AGENTE HORA 20 (9h) 15 10 45 (10h) 15 30 45 (11h)



ANOTAÇÕES

1- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão esquerda.

2- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão direita.

3- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão esquerda.

4- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão direita.

5- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão esquerda.

6- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão direita.

7- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão esquerda.

8- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão direita.

9- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão esquerda.

10- Paciente com anel de ouro no dedo anelar da mão direita.

DROGAS/MATERIAL	CONC	QUANT	ANESTESIA
A-Fentimid 100mg/ml			Sem-Rinalação Aberto
B-Dimox 50mg/ml			Sem-Rinalação Aberto
C-Bupivacaína 0,5% (bupivacaína)			Sem-Rinalação Aberto
D-Cetazina 10mg/ml			Sem-Rinalação Aberto
E-Pexameclona 6mg IV			Sem-Rinalação Aberto
F-Amidina 50mg IV			Sem-Rinalação Aberto
G-Hipoclor 2g IV			Sem-Rinalação Aberto
H-Cetofenol 100mg IV			Sem-Rinalação Aberto
I-Ondansetrona 4mg IV			Sem-Rinalação Aberto
J-Midazolam 5mg IV			Sem-Rinalação Aberto

1- Ondansetrona 4mg IV

2- Midazolam 5mg IV

3- Ondansetrona 4mg IV

4- Midazolam 5mg IV

5- Ondansetrona 4mg IV

6- Midazolam 5mg IV

7- Ondansetrona 4mg IV

8- Midazolam 5mg IV

9- Ondansetrona 4mg IV

10- Midazolam 5mg IV



GOVERNO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# HRJFS

Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

## HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO

### FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: *Evaraldo de Jesus Silva*  
DIAGNÓSTICO PRÉ - OPERATORIO: *Ex. Tumor Dintel (E)*  
CIRURGIA REALIZADA: *Osteomielite de Tumor Dintel (E)*  
CIRURGIÃO: *Dr. Diego*  
AUXILIARES: *Dr. Wellington*  
ANESTESIA: ANESTESISTA:

DIAGNÓSTICO PÓS - OPERATORIO: *0.00000*

☒ CIRURGIA LIMPA ☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

☐ CIRURGIA CONTAMINADA ☐ CIR. INFECTADA

INFACÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO

☐ VIAS AÉREAS SUP. ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI

☐ CUTANEO ☐ AP. CARDIO - VASCULAR ☐ OUTROS

### DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- (1) Paciente em decúbito dorsal sob requisição
- (2) Anestesia + oxigenação + colocação da compressa
- (3) Exatidão + sondagem
- (4) Corte circular medido
- (5) Dissecção por planos
- (6) Redução + colocação de placa DCP 11 furos + 2 parafusos tensionados
- (7) 4 parafusos corticais
- (8) Sutura por planos
- (9) Curativo compressivo
- (10) Retirada do goteiro
- (11) Colocação do Têlex antiseptico

DATA: *10.04.15*

Washington Batista  
MÉDICO CRM 4230  
Nossa Sra. da Conceição

Assinatura do Cirurgião



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO

Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

Everaldo de Jesus Silva

LEITO

NOME

DATA

HORA

EVOLUÇÃO MÉDICA

10/04/15

Paciente evolui estável clinicamente, respondendo ao tratamento  
sintomático, evoluindo com intercorrências.

Washington Batista  
MÉDICO CRM-4290  
Nossa Sra. da Conceição

11/04/15

artefato

12 OPD, evolui bem

- Ao exame:

- Ferida operatória pouco profunda

- Cd

(1) Ao Rx foi ep: Reflexos de tórax dx

(2) Alta hospitalar às 15:00h

(3) Contato

(4) orientações pl para (incluindo dextrose)

SEI/PRORON LIDER DEPT. B. 12/12/2016 09:59 - 0000011856

Dr. Michael S. Silva  
Otorrinolaringologista  
CRM-30.000  
CBO-30.000  
CBO-30.000

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Everaldo de Jesus Silva  
DATA DA ENTRADA: 08/03/2015  
DATA DA SAÍDA: 12/03/2015

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de atropelamento, trazido pelo SAMU em ambulância. Nega perda de consciência ou outros ferimentos em face que foi pulverizada. RX - pte. tang de tórax e fêmur esquerdo. Alta hospitalar para tratamento em hospital de origem.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

U.S. de abdome  
Radiografia

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Peterson E. de A. Barbosa; Dr. Manoel Serraval; Dr. Paulo Barros; Dr. Kaine Carterio; Dr. Odonato Ferreira Alves; Dr. Rogério Souza; Dr. José Araújo.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ( ) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 15 de Agosto de 2015

Salete Spontam de Carvalho  
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Salete Spontam de Carvalho  
Análise de Prontuários/SAME/HUSE  
CRM 1500

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário.

Pedro Paulo Madureira  
Gerente SAME - HUSE



# ENCAMINHAMENTO

## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE



### AGENDAMENTO CIRÚRGICO - ORTOPÉDICO

ENCAMINHO O PACIENTE: EVERSON DE JESUS  
SILVA - 4 anos

PARA REALIZAR CIRURGIA ORTOPÉDICA DE: FRAT

NO HOSPITAL REGIONAL SERRA

DATA DA CIRURGIA: 11/09/15

#### ORIENTAÇÕES:

1º - Chegar 1 dia antes da data (10/09) cirúrgica às 17 hs no Hospital mencionado;

2º - Chegar no Hospital na data mencionada às 06:30 da manhã em JEJUM (o jejum deverá ser iniciado em casa, um dia anterior da data cirúrgica a partir das 23:00hs);

3º - Levar os exames pré-operatórios necessários: RX da Fratura, ECG, Eco (quando acima de 60 anos), Hemograma, Coagulograma, Ureia e Creatinina.

28.05.15.

SECRETÁRIO DE AGENDAMENTO CIRÚRGICO

SEGURADORA LIDER PART. 8. 8. 12/12/2016 09:38 - 0000011847

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE  
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA  
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA: 10 / 04 / 2015.

\_\_\_\_° DIH

NOME: Evandro de Jesus Silva

DIAGNÓSTICO(S): Fratura de Tibia Distal (E)

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	
2º. Gelco Salinizado	
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs <del>ou Keflin 1g EV 6/6hs</del>	
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia	SUSP. 18:00 06:00 12:00
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV 6/6hs	
6º. Bromopida 2ml + 09ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	
7º. Omeprazol 40mg EV às 6hs	
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs	
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs	
10º. Captopril 25mg Vo 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	
11º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	SUSPENSO ATÉ 22h.
12º. SSVV + Cuidados	rotina
13º. Curativos Diários 1 x dia	
( x ) SF 0,9% + Gazes Seca	( ) SF 0,9% + Gazes Algodoadas
14º	
Vide EVOLUÇÃO MÉDICA	

PA = 140 x 80 mmHg  
FC = 80 bpm

Washington Batista  
MÉDICO CRM-1290  
Rua Sra. da Conceição  
Médica

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: Evandro de Jesus Silva		LEITO:	
H.D:		DATA: 11/04/15	
1) Dieta (16) livre			SNE
2) S.F.P.S.T. — 1000ml (EU), 14g/100ml		500	500
3) Reforço Ig (EU) 8/8h		104	28, 06
4) Dipirone 20ml + 8ml (AD) (EU) 6/6h		72	18 24 06
5) Proferid 100mg + 100ml S.F.P.S.T. (EU) 12/12h		08	20
6) Omeprazol 40mg (EU) 1x/dia (1x/jornal)			06
7) Clexone 40mg (EU) 1x/dia			09
8) Antibio diclo			11
9) Alta hospitalar às 15:00h			15:00
10) SSVV + CCG			Rotina
11) ECG Perma (E)			evento

Dr. Marcelo Simão Santos  
 Oncologista Clínico / Hematologista  
 CRM-SP 20861 / RPP-SP 12417

SEB/PRODUTOS LÍQUIDOS PARA GL & 12/12/2014 09:39 - 00000118458

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Everaldos de Jesus Silva  
DATA DA ENTRADA: 08/03/2015  
DATA DA SAÍDA: 12/03/2015

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de atropelamento, trazido pelo SAMU em protocolo. Não houve desconhecimento ou alteração. Ferimentos em pé que foi punhado. RX - D de tórax de tórax e pulmão esquerdo. Alto hemiparêse parêse tibiofemoral em membros inferiores de membro inferior.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

U.S. de abdome  
Radiografias

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Petrus E. de A. Barbosa; Dr. Manoel Amaral; Dr. Paulo Band; Dr. Kaitiane Castro; Dr. Otonaldo Fereira Alves; Dr. Rafael Souza; Dr. José Araújo.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ( ) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 15 de Agosto de 2015

Salete Spontam de Carvalho  
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário.

Salete Spontam de Carvalho  
Análise de Prontuários/SAME/HUSE  
CRM 1500

Pedro Paulo Madureira  
Gerente SAME - HUSE

Ripadi Rx

BUCO

MACA

RX + BUCO

S/DATASUS

pedido re unso

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1143321

DATA: 08/03/2015

HORA: 22:06

USUARIO: ESSANTOS

CNS:

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : EVERALDO JESUS DA SILVA  
 IDADE : 42 ANOS NASC: 00/00/0000  
 ENDERECO : PEGO PELO SAMU NA RODOVIARIA  
 COMPLEMENTO : BAIRO:  
 MUNICIPIO : ARACAJU  
 NOME FARMACEUTICA :  
 RESPONSAVEL :  
 PROCELO : ARACAJU - CAPITAL  
 ATENDIMENTO : ATROPELAMENTO  
 RASO FARMACIA : NAO  
 PLANO DE SAUDE : NAO  
 RASO TRABALHO : NAO  
 VEIO DE AMBULANCIA : SIM

DOC :  
 SEXO : MASCULINO  
 NUMERO :

UF: SE

CEP :

TEL :

TRAUMA: NAO

PA : [ ] X mmHg ] PULSO : [ ] TEMP : [ ] PESO :

EXAMES COMPLEMENTARES : [ ] RAO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TO  
 [ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS : [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Paciente vítima de atropelamento há 1 hora, chega comito e/ou dor no  
 do pelo samu em proteção. (A) Vias superiores perdas (B) HUG em ombros direito e  
 (C) BUE 2T (D) EG 15, pupila esquerda (E) Abdomem doloroso a palpacao com al  
 4 OTACOS DA ENFERMAGEM: (F) HE e cateter em FD, NTE com lesão de cateter. Ferimento em face, com  
 mento.

DIAGNOSTICO:

Poltrauma

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

1. SRL 1000 ml IV

500

500

2. Kefzol 2g IV

FF

3. Analgesia Dipirone + ampicil + AD IV

22/30

4. SAT 5000U IM

22/30

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO

[ ] EVASAO

HORA DA SAIDA:

[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

[ ] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

LEITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS

[ ] FAMILIAR

[ ] IML

[ ] ANAT. PA

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

3

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 110977  
Numero do CNS.....: 0000000000000000  
Nome.....: EVERALDO JESUS DA SILVA  
Documento.....: Tipo :  
Data de Nascimento: 1/01/1973 Idade: 42 anos  
Sexo.....: MASCULINO  
Responsavel.....:  
Nome da Mae.....:  
Endereco.....: PEGO PELO SAMU NA RODOVIARIA  
Bairro.....: Cep.: 00000-000  
Telefone.....:  
Município.....: 2800308 - - SE  
Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1143321  
Clinica.....: 945 - PS VERDE TRAUMA MASC.  
Leito.....: 999.0156  
Data da Internacao: 10/03/2015  
Hora da Internacao: 08:06  
Medico Solicitante: 047.764.124-54 - PETRONIO EDUARDO DE ANDRADE BARBOSA  
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
Identif. Operador.: RSLEITE

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:  
Dt.Hr Saida:  
Especialidade:  
Tipo de Saida:  
CID Principal:  
CID Secundario:  
Principal:  
Secundario:  
Outro:

S / dados  
R / SUS

Enviado

SEMPRE LIBERAR O PAZ 8. 12/12/2016 09:38 - 0000011840

PRONTO SOCORRO ADULTO	PRESCRIÇÃO MÉDICA
HUSE	

Nome: EVANILDO VESCIAS S. OLIVEIRA Idade: 42 A Data: 09/03/2016

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
		1- DOR NA CABEÇA	SND
		2- SINTOMA DOR DO 500 mg de analg.	11/11/11
		3- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	20 08/8
		4- DOR NA CABEÇA 200mg de analg.	20 08 08 18
		5- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	24 08/8 16
		6- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	06
		7- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		8- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		9- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		10- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		11- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		12- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		13- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		14- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		15- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		16- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		17- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		18- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		19- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		20- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		21- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		22- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		23- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		24- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		25- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		26- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		27- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		28- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		29- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		30- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		31- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		32- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		33- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		34- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		35- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		36- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		37- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		38- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		39- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		40- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		41- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		42- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		43- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		44- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		45- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		46- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		47- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		48- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		49- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		50- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		51- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		52- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		53- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		54- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		55- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		56- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		57- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		58- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		59- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		60- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		61- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		62- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		63- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		64- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		65- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		66- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		67- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		68- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		69- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		70- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		71- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		72- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		73- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		74- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		75- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		76- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		77- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		78- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		79- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		80- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		81- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		82- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		83- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		84- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		85- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		86- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		87- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		88- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		89- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		90- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		91- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		92- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		93- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		94- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		95- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		96- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		97- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		98- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		99- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	
		100- DOR NA CABEÇA 100mg de analg.	

Orlando Ferreira Alves  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - SE - 1788 SAOT: 6427

SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO B. 8. 12/12/2016 08:38 - 0000011841

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE  
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA DO HUSE  
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS  
VT 1

DATA 10/03/2015

*Handwritten signature*

12 ANOS

NOME: Everaldo José de Al

DIAGNÓSTICO(S): Ex. febre com de leu.

EVOLUÇÃO MÉDICA: Evolui o microscópio

Apresenta exantema pruriginoso

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIDADE: \_\_\_\_\_

DIAS	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
	1º. Dieta Livre	
	2º. Cateter Hidrolizado	
	3º. SF 0,9 % 1000 ml EV P/ 24hs	
	4º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	
	6º. Dipirona 2 ml + 8 ml AD EV 6/6hs ou Paracetamol 40Gts VO 6/6hs SOS	
	7º. Plasil 2 ml + 18 ml SF 0,9% EV 8/8hs em SOS	
	8º. Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9 % EV 12/12hs SOS	
	9º. Omeprazol 40mg EV 1 x dia às 6hs ou Antak 2mL + 18 ml AD EV 12/12hs	
	10º. Tramal 100 mg ou 50 mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	
	11º. Clexane 40mg 1 x dia ou Heparina 5000UI SC, 8/8H	
	12º. Óleo Mineral, 10 ml, VO antes das refeições até primeira dejeção SOS	
	13º. Luftal, 40 gotas, VO, 8/8H SOS	
	14º. Glicose 25% 04 AMP. EV SE GC < = 80	
	15º. Captopril 25 mg SL se PAS - PAD > = 180x100mmHg	
	16º. Dextro 6/6hs, se for diabético	
	17º. Insulina Regular SC, após o dextro 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
	18º. Membros Superiores OU inferiores Elevados até o dia da Cirurgia.	
	19º. Colchão de Ar e Mudanças Decúbito 3/3hs SOS	
	20º. SSVV 6/6HS	
	21º. Curativos Diários 1 x dia	

Dr. Rafael Souza  
Médico Residente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRMSE 4787

*Handwritten signature*

Médico

Nome do Paciente: Bernardo Vitor de Silva

Idade: 92

Sexo: ☒ M ☐ F

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

[illegible]

Orlando Ferreira Alves  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - SE: 10000 SBOT: 6427

17/11/2016 07:30 - 10/11/2016 07:30

Nome do Paciente: Everardo José do S. S. Idade:            Sexo:             
 Unidade de Produção:            Leito:            N° do Prontuário:           

DATA	HORA	HISTÓRICO
10/03/15	07:00	Paciente no leito em decúbito dorsal, orientado, consciente, verbalizado, segue em cuidados de enfermagem.
15/03/15	08:00	Administrado conforme prescrição médica.
	10:00	Removido para o leito conforme prescrição médica.
	12:00	Administrado medicamentos de horário terçeira.
	14h	Removido para o leito.
	18h	Segue sem queixas, em uso de seroterapia.
10/03/15	20:00	Paciente acordado no leito debilitado, impaciente, apresenta desconforto, agitação, hipertermia, 38,5°C, e/ou outros, MHS de acordo com o protocolo de enfermagem.
	21:00	Segue em acompanhamento de enfermagem.
	24:00	Segue no acompanhamento de enfermagem.
11/03/15	14h	Paciente no leito, orientado, consciente, verbalizado, segue em cuidados de enfermagem.
	16h	Paciente sem queixas.
	18h	Paciente sem queixas.
	7h	Adm. medicamento prescrito.

**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAMENTO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR**

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES <b>5129753</b>
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE <b>HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO</b>	CNES <b>5129753</b> CGC/CNPJ <b>104369790001</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE EVERALDO DE JESUS SIVA		Nº. PRONTUÁRIO 302747	
CARTÃO NACIONAL/SUS <b>160579397600007</b>	NATURALIDADE (CIDADE/UF) POCO REDONDO-SE	DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973	MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/>
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL IZABEL MARIA DE JESUS		TELEFONE DE CONTATO 79-9662-2117	
ENDEREÇO (RUA; BAIRRO; CONJUNTO; APART POV.SANTA ROSA DO EMILIO S/N POCO REDONDO		DOC. IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR 1.229085	
MUNICÍPIO POCO REDONDO-SE	IBGE	UF SE	CEP 494981-000

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS	<p><i>Lesão vital de atropelamento hº ± 3 dias a partir de 04/24/23</i></p>		
CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO	<p><i>Neurode Tórax Ampla</i></p>		
PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)	<p><i>Exame fr + de dor no</i></p>		
DIAGNÓSTICO INICIAL	<p><i>Fratura om de perna</i></p>		
CID 10 PRINCIPAL <b>582.2</b>	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Curios de fratura om de perna</i>	LEITO/CLÍNICA <i>0502015</i>	CARÁTER DA INTERNAÇÃO ( ) JURG. ( ) ELETIVA	NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Rafael Soares</i>	CRM <i>49</i>
DATA/HORA 15/04/23	HS MIN.	SIS/PRÉ-NATAL	DATA SOL 30.0	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>0408050500</b>	CNS/CPF <b>627-679.165-38</b>	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. DO CONSELHO) <i>Dr. Rafael Soares</i>		

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU DOENÇAS)

( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	CNPJ DA SEGURADORA	Nº. DO BILHETE	SÉRIE
( ) ACID TRABALHO TÍPICO	CNPJ EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR
( ) ACID TRABALHO TRAJETO			

CID 10 PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL
CID SECUNDÁRIO	

## AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <b>Marco Sarmiento</b>	NOME DO PROFISSIONAL/PARECER CONTROLE, AVALIAÇÃO/AUDITÓRIA	Nº. DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR
CNS/CPF <b>414.877.455-91</b>	CNS/CPF	MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	JUSTIFICATIVA P/ NÃO AUTORIZAÇÃO



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

03/03/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000049}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

03/03/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Processo nº 202086000324 DESPACHO R. Hoje Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação. Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal, sob pena de extinção. Assim, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: Considerando que a parte requerente é pessoa não alfabetizada, regularizar o mandato, trazendo aos autos instrumento de procuração pública ou instrumento de mandato legítimo e regular, assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas devidamente identificadas, hipótese esta em que a parte requerente deve ratificar em audiência a outorga de poderes ao causídico. Juntar comprovante de residência atualizado em seu nome ou certidão da justiça eleitoral, nos quais informem a sua localização neste município. Poço Redondo/SE, 03 de março de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito K

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Poço Redondo**

Nº Processo 202086000324 - Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059

Autor: EVERALDO DE JESUS SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**Processo nº202086000324**

**DESPACHO**

R. Hoje

Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação.

Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal, sob pena de extinção.

Assim, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos:

- Considerando que a parte requerente é pessoa não alfabetizada, regularizar o mandato, trazendo aos autos instrumento de **procuração pública** ou instrumento de mandato legítimo e regular, assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas devidamente identificadas, hipótese esta em que a parte requerente deve ratificar em audiência a outorga de poderes ao causídico.
- Juntar comprovante de residência atualizado em seu nome ou certidão da justiça eleitoral, nos quais informem a sua localização neste município.

Poço Redondo/SE, 03 de março de 2020.

**LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA**

**Juiz de Direito**

**K**



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo**, em 03/03/2020, às 15:06:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000482892-70**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

30/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Este feito aguarda o decurso do prazo retro.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

12/05/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Este feito aguarda o decurso do prazo constante no mandado retro, que termina em 13/05/2020.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

26/05/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Decorreu in albis o prazo retro.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

26/05/2020

**MOVIMENTO:**

Julgamento

**DESCRIÇÃO:**

SENTENÇA Visto etc. Trata-se de Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados na exordial. Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61. Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte. (AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213) Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC. Custas pela requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Poço Redondo**

Nº Processo 202086000324 - Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059

Autor: EVERALDO DE JESUS SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Julgamento >> Sem Resolução de Mérito >> Extinção >> Indeferimento da petição inicial

**SENTENÇA**

*Visto etc.*

Trata-se de "Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT" movida por **EVERALDO DE JESUS SILVA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos devidamente qualificados na exordial.

Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61.

Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito.

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE.**

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte.

(AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213)

Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, **INDEFIRO** a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e **EXTINGO** o processo **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, com fulcro no art. 485, I do CPC.

Custas pela requerente.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020.

LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA

Juiz de Direito



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA**, Juiz(a) de Poço Redondo, em 26/05/2020, às 17:37:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000971239-46**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

27/05/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedi carta de nº 202086002470SEGURADORA LIDER

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202086000324

**DATA:**

27/05/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202086002470 do tipo Intimação parte processo sentença [TM229,MD1694] <br/><br/>  
{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Poço Redondo  
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983  
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo  
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal



202086002470

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA  
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

### CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Apresente, extraída do processo acima identificado, vem **INTIMAR** Vossa Senhoria da sentença de cópia anexa.

**Observação:** SENTENÇA Visto etc. Trata-se de Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT? movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados na exordial. Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61. Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ? STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte. (AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213) Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC. Custas pela requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito.

Atenciosamente,

**Ilmº (a) Sr(a)**

Nome: SEGURADORA LIDER  
Residência: Rua da Assembléia, 16º andar, 100  
Bairro: Centro  
CEP: 20011000  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM229, MD1694]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUSA ARAGAO**,  
**Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo**, em 27/05/2020,  
às 18:32:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico  
[www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento  
do número de consulta pública **2020000980210-45**.